Mário Henrique Simão D´Agostino

a obscuridade do arquiteto Vitrúvio e a redação de Os dez livros de architetura

Resumo

As invectivas de Leon Battista Alberti, lançadas no livro Sexto de seu *De re aedificatoria* (1452), contra o arrolamento de preceitos e a ordem expositiva do *De architectura libri decem*, escrito por Vitrúvio no século 1º a.C., ressoam sobre considerável número de obras empenhadas na exegese do texto antigo. Tal juízo, porém, contrasta nitidamente com o propósito do autor ao redigir seus dez livros, expresso reiteradas vezes nos proêmios a cada volume. O cotejo dos tópicos recorrentes da crítica e das vicissitudes históricas da elaboração do tratado traz importantes contributos à questão em aberto.

Abstract

Leon Battista Alberti's invectives, cast in the Sixth Book of his *De re aedificatoria* (1452) against the enrollment of precepts and the expositive order of *De architectura libri decem*, written by Vitruvius in the 1st century B. C., reverberate over a considerable number of works engaged in the exegesis of ancient text. Such judgement, however, clearly contrasts with the author's purpose in writing his Ten Books, repeatedly stated in the proems at each volume. The collation of the critics' recurring topics and of the historical vicissitudes of the treatise's elaboration brings important contributions to the still open question.

Em 1999 veio a público a edição brasileira dos dez livros sobre arquitetura, escritos por Vitrúvio no século 1º a.C.[1] A empresa suprime um vazio editorial que retrocede até os tempos da primeira tradução portuguesa, empreendida por Pedro Nunes em pleno renascimento (1541), e que, levada à Espanha pelo excelso arquiteto de Felipe II, Juan de Herrera, encontra-se desaparecida ainda hoje[2].

Sublinhando o valor da iniciativa e a fortuna do romano, as notas introdutórias à edição brasileira, de autoria de Júlio Katinsky (1999), marcam, por outra parte, sua distância da tradução espanhola de 1583, surgida no orbe filipino. Por ironia, também a primeira edição hispânica remete a uma tradução anterior, atualmente desaparecida, feita por Miguel de Urrea em 1569 (cujo original corresponde, com grande probabilidade, ao manuscrito de Lisboa, conservado na Biblioteca Nacional), então "corrigida" – e, sob certo ponto de vista, adulterada – por Juan de Gracián para a publicação em 1583, na cidade de Alcalá de Henares. Quer pela modesta formação humanista de Miguel de Urrea quer pelas posteriores emendas ao original, o êxito da empresa foi uma obra sem grandes qualidades literárias e excessiva dependência das traduções italianas, corroborando a crítica de ter tornado o texto *"mais obscuro e ininteligível que o do próprio Vitrúvio"*[3]. Tal juízo, professado por Menéndez y Pelayo – em sintonia com os de Llaguno, em prol da nova edição de Ortiz e Sans, de 1787 (VITRÚVIO, 1999c) –, faz paródia a uma censura anterior, lançada contra o escrito antigo no primeiro *trattato* de arquitetura do renascimento italiano.

Hoje e ontem, hermeneutas vêm na "obscuridade de Vitrúvio" um claro sinal da confusão de propósitos e despreparo do autor ao ambicionar um escrito de tamanha pujança[4]. Encabeçando uma longa linha de reparações e adendos ao *De architectura* (cujo percurso ultrapassa os limites deste estudo), Leon Battista Alberti, em seu *De re aedificatoria* (1452), ponderava:

"Tinha como algo grave que tão numerosos e insignes esforços dos autores andassem perdidos pela adversidade dos tempos e dos homens; a tal ponto que, em meio a tantas ruínas, uma só obra sobreviveu, chegando até nós: aquela de Vitrúvio, escritor certamente assaz competente, mas tão corrompido nos seus escritos e mal redigido por séculos, que em muitas partes pode-se notar lacunas e imperfeições. Além disso, a sua elocução não possui acuro, de modo que os Latinos diriam que quis parecer grego, e os Gregos latino." (ALBERTI, Libro VI, 1989, p. 231).

Em proêmio ao Livro Sexto, sobre a beleza e a ornamentação, essas palavras conduzem ao princípio albertiano da *concinnitas* e aos remanejos que ele impunha ao preceito vitruviano da *symmetria*. No Livro Nono, a exposição de Vitrúvio sobre as seis partes da arquitetura (*ordinatio, dispositio, eurythmia, symmetria, decor* e *distributio*) vinha elucidada, por assim dizer, com a definição de apenas três expedientes, responsáveis pela prossecução da *concinnitas*: *numerus*, *finitio* e *collocatio* – ou seja, a definição numérica das partes, a delimitação proporcional e a ordenada disposição do todo.

(1) VITRÚVIO, *Da arquitetura*. Introdução de Júlio Katinsky e tradução de Marco A. Lagonegro. São Paulo: Hucitec, Fundação para a Pesquisa Ambiental, 1999.

(2) Cf. MOREIRA (1995), *Arquitectura: Renascimento e classicismo*; (1987), *A Escola de Arquitetura do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid*.

(3) Cf. GARCÍA MELERO (1986, p. 110-13), MOYA (1978), e o estudo introdutório de Francisco J. P. Gómez & Pilar M. Cano-Cortés à recente edição do manuscrito de Lázaro de Velasco, In: *Vitruvio* (1999, p. 20).

(4) Posto que a questão cinge aos desafios da tradução, parece oportuno observar que na recente edição brasileira duas das principais passagens aqui tomadas em exame (quais sejam: Livro I, cap. 2, § 1 – sobre as partes constitutivas da arquitetura, e Livro VII, Proêmio, § 1 – sobre a ordem geral do tratado) continuam a suscitar a mesma sorte de problemas e dificuldades de interpretação que, há pelo menos cinco séculos, atormentam os exegetas.

O juízo sombrio de Alberti, permanentemente reaceso, não comparece apenas entre contemporâneos renascentistas. Que se recorde, por ora, de Claude Perrault, *Les dix livres d'architecture de Vitruve, corrigés et traduits en par Claude Perrault* (1684[5]), nos quais o tradutor pondera:

"Todos os intérpretes acreditaram que a Eurritmia e a Proporção, que Vitrúvio chama Simetria, eram duas coisas diferentes, pois, aparentemente, ele dá duas definições; porém, essas definições, se bem interpretadas, dizem a mesma coisa. Uma e outra, através de um discurso igualmente confuso, falam da Conveniência, da Correspondência e da Proporção das partes com o todo." (PERRAULT, 1988, Livro I, cap. II, n. 8 b, c – p. 11).

Transcorridos mais de dois séculos, as correções de Perrault dão novo alento às do renascentista. Com uma modernidade e rigor filológico peculiares ao "limiar das Luzes", a tradução para o francês desfrutará de uma aceitação sem precedentes, e não será despropósito afirmar que ainda ocupa posição ímpar. Uma breve indicação pode ilustrar seu alcance e influência entre historiadores de respeitabilidade no meio científico e acadêmico.

Françoise Choay, em *Alberti et Vitruve* (1979, p. 26), esquadrinha paralelos e distâncias entre os arquitetos, observando que *"a leitura comparada entre os dois textos confirma a legitimidade do julgamento albertiano".* Ao se reportar ao *Vitruve* perraultiano, a autora reitera a *"superposição de conceitos"* ou de princípios que *"carecem de precisão ou mesmo, em algumas ocasiões, de pertinência"* (idem, p. 27). Dentre os estudiosos de arte antiga, Jerry John Pollit – para perplexidade de Hans-Karl Lücke – observa em 1974: *"pessoalmente duvido que os 'princípios' de arquitetura de Vitrúvio são derivados de alguma fonte grega. (...) A sua distinção entre* táxis *e* symmetría*, por exemplo, é confusa e redundante; assim também a sua definição de eurritmia, cuja conexão com a simetria advém clara só depois (VI, 2-5). Somos tentados a crer que Vitrúvio está mais interessado em impressionar o leitor com o fato do arquiteto ser um homem instruído (...)".* (LÜCKE, 1994, p. 70) Sobre a pouca instrução do arquiteto romano, Pierre Gros relembra a opinião de E. Oder (1989), para quem Vitrúvio não passa de "um proletário semi-culto" (1997, p. XXXV).

Também o nosso Vitrúvio padece de invectivas símiles. Na introdução à edição brasileira, Júlio Katinsky (1999, p. 27) se refere às críticas albertianas como *"bem sedimentadas, não sendo fruto, ousaria dizer, de uma ojeriza pessoal, mas de razões alimentadas por postura coletiva[6]".*

Evidentemente, os historiadores não são unânimes a respeito das obscuridades e incoerências do escrito vitruviano. Em *Alberti, Vitruvio e Cicerone,* Hans-Karl Lücke objetiva *"fornecer a prova de que o* De architectura libri decem *possui uma sistematicidade teórica coerente, tentando explicá-la de um modo que, ao mesmo tempo, lance luz sobre o Alberti teórico e, mais em geral, esclareça a sua específica posição na matéria."* (1994, p. 70) Em outra direção, Pierre Gros, na abertura à edição italiana dos Dez Livros (1997), sob sua

(5) Ver nota 2.

(6) A edição portuguesa do tratado de Vitrúvio toma igualmente por base as "correções" do texto antigo, propostas por Perrault; cf. Vitrúvio (1998).

curadoria, revê contradições e incoerências apontadas no *De architectura*, atenuando o teor crítico sobre as sistematizações e fragilidades teóricas do autor por meio de uma indagação das circunstâncias históricas do empreendimento – partindo, como dirá, de "uma observação histórica geral".

Mas não convém alongar o elenco de autores, em uma espécie de reedição contemporânea da "querela entre antigos e modernos". Que se conceda apenas uma última referência, ao assinalar na tradução brasileira uma lacuna que, por assim dizer, situa o *locus* problemático do presente estudo.

"A arquitetura consiste no ordenamento, que em grego se diz τάξις, *na disposição, isto que os gregos denominam* διάθεσις, *na eurritmia, na proporção, na conveniência e no agenciamento, que em grego se diz* οικονομία.*"* (VITRÚVIO, 1999a, Livro I, 2, 1, p. 54) – eis a tradução que Marco A. Lagonegro propõe para a frase que tantas disputas têm acendido: "*Architectura autem constat ex ordinatione, quae graece* τάξις *dicitur, et ex dispositione, hanc autem Graeci* διάθεσιν *vocitant, et eurythmia et symmetria et decore et distributione, quae graece* οικονομία *dicitur.*" Para os termos (ou partes constitutivas da arquitetura) *ordinatio*, *dispositio*, *eurythmia, symmetria, decor* e *distributio* temos, portanto, os correspondentes: ordenamento, disposição, eurritmia, proporção, conveniência e agenciamento. Restrinjamo-nos à preceptiva central das diatribes de Alberti e Perrault. No caso da equivalência entre *symmetria* e *proportio* seria mais do que razoável, senão imperativo, uma nota explicativa, pois o arquiteto romano utiliza, em todo o escrito, ora um ora outro termo. Por infelicidade, se antes as alterações terminológicas e correções do texto requeriam do francês cuidadosos esclarecimentos, agora basta "seguir a tradição".

Comutando simetria por proporção, consoante a "fórmula perraultiana", nenhum esclarecimento assiste à escolha do tradutor. É bem verdade que o silêncio sobre a opção adotada remedeia-se, em parte, pelo aval indireto de historiadores de renome. Mas isso pouco muda a natureza do problema: tais "soluções" exegéticas contrastam cabalmente com o propósito do arquiteto, com sua intenção ao escrever os Dez Livros. Compreender o flanco que se abre entre a intenção – exposta nos *proemia* a cada volume – e a obra, tal como tem chegado até nós, permanece uma questão em exame.

1. A excelência da arquitetura

No proêmio de abertura aos seus Dez Livros, Vitrúvio detalha as circunstâncias da publicação do tratado. Desde César, o interesse pela magnificência dos edifícios públicos direciona os ensinamentos e educação do arquiteto. Será, contudo, sob a atmosfera política das reformas e incentivos à edificação promovidos por Otávio que a redação do *De architectura* ganhará pleno alento. Com a pensão vitalícia obtida graças à recomendação feita pela irmã do

imperador, o intento resulta, enfim, viável. Na dedicatória ao *Imperator Caesar,* diz o escritor:

"tive em vista que tu edificaste muito e que por ora edificas, bem como que, doravante, os cuidados a serem tomados com os edifícios tanto públicos quanto privados deverão ser dignos da grandeza de teus feitos, para que sejam legados à memória dos pósteros. Redigi prescrições concisas para que, atendo-te a elas, possas por ti mesmo averiguar de que natureza seriam as obras, tanto as existentes quanto as que virão a ser." (1999a, Livro I, Proêmio, 3, p. 49)

Precisar o compromisso do tratado com a "política augustea" não é tarefa simples. Sua obra em nenhum momento se propõe ao registro laudatório dos grandes feitos do imperador. Poucas são as referências que indicam com clareza as diretrizes que suas prescrições apresentavam aos empreendimentos então realizados. Quanto ao caráter geral do escrito, é notória sua concisão, atendo-se às matérias essenciais em cada gênero de edificação, aos preceitos básicos, a exemplos paradigmáticos. Ainda, quanto mais Vitrúvio denuncia a perda das boas qualidades da arquitetura, tanto mais se distancia do "projeto imperial" em si, visando, sobretudo, ao edificador e ao homem sábio: *"No que concerne às possibilidades de minha arte e todas as teorias nela contidas",* ele declara, *"eu prometo, e assim espero, que nestes volumes as fornecerei sem dúvida, com as melhores garantias, não apenas aos que constróem mas também a todos os eruditos"*[7].

A dedicatória a Cesar Otaviano, portanto, não se relaciona, exclusivamente, ao conjunto das obras em curso. Escrevendo-lhe sobre os parâmetros de excelência da arquitetura, sobre suas virtudes, para que "pudesse averiguar por si mesmo" as qualidades das obras, tanto se afasta de uma exposição de caráter propriamente técnico, comprometida com problemas mais específicos da atividade construtiva, como alarga o público-alvo do tratado, abrangendo a todos os "eruditos". Tal extensão se justifica a princípio, pela dignidade mesma da arquitetura, por requerer do aprendiz uma "formação enciclopédica" em diversas disciplinas, como Vitrúvio mostra logo no início do Livro Primeiro. Mas dentre os homens de cultura se destaca um grupo em particular. No proêmio ao Livro Sexto, sobre os edifícios privados, investindo contra a perda generalizada de qualidade nas edificações, o arquiteto assinala:

"Porém, ao se observar a magnitude de uma enorme quantidade de saberes, da qual se jactam de conhecê-los pessoas ignorantes, inábeis, e outros que não possuem noção alguma, não somente de arquitetura, mas, absolutamente, de construção, não posso deixar de admirar os chefes de família que, encorajados unicamente pela fé naquilo que leram, e julgando a si mesmos construtores, acreditam que, se algo tiver de ser confiado a incompetentes, eles mesmos sentir-se-iam mais dignos ao despender uma soma de dinheiro por seu próprio risco do que pelo de outrem." (1999a, Livro VI, Proêmio, 6, p. 142).

(7) Sigo aqui a edição francesa, sob responsabilidade de P. Gros (Vitruve, 1990, Livre I, texte établi, traduit et commenté par Philippe Fleury, cap. 1, § 17, p.14); a tradução de Lagonegro se distancia um pouco da francesa: *"Ofereço aqui algumas considerações sobre o poder da arte [da arquitetura], esperando nestes livros que as forneça, sem dúvida com a máxima autoridade, não somente aos que constróem, mas a todos os eruditos."* (p. 54).

Ao repudiar os *indoctis et inperitis* são, sobretudo, os "pais de família" quem Vitrúvio tem em mira – homens sábios, eruditos, que empreendem construções, fiando-se mais na literatura disponível que nos próprios arquitetos. Dentre doutos, por conseguinte, sobressai um segmento social que então despendia boa soma de seus recursos na construção civil.

Imperador, arquitetos, eruditos, pais de família... Tais alternâncias de destino subtraem-se, ao que tudo indica, apenas em um propósito geral. O *De architectura* pode ser lido como um escrito "sobre arquitetura" mais do que "para arquitetos". Todavia, isso só vale em parte, pois o foco principal de Vitrúvio é uma prática vigente: aquela que, aos seus olhos, tem desviado os profissionais do caminho correto, dos princípios racionais. O arquiteto, explica o autor, imprescinde da prática, da habilidade (*ingenium*), mas desassistido da teoria (*raciocinatio*), jamais poderá ser um artífice perfeito. Esse argumento terá reincidência em todo o tratado. Ao escrever para eruditos, não pretende a todos tornar arquitetos, mas, antes, esclarecê-los sobre a dignidade da arte. Vice-versa, *"aqueles [arquitetos] que confiaram unicamente na teoria e nas letras, parecem perseguir uma sombra, não a coisa"* (Livro I, 1, 2, p. 50).

Esta a razão por que, ao definir "as possibilidades e fundamentos teóricos" de sua arte, Vitrúvio não escreve um tratado especificamente para arquitetos. Ele tem claro a natureza política do *De architectura*, a legitimar um novo *status* social à profissão. *"Se aqui está em jogo a própria definição da arquitetura e o seu estatuto teórico e social",* pondera Elisa Romano, *"a resposta à crise não pode visar simplesmente a refundação de uma arquitetura de perfil baixo, mas deverá assumir o projeto intelectual voltado à requalificação cultural da* téchne, *de uma arquitetura de perfil alto. Aparece assim a idéia do tratado como* corpus, *como sistema, como contribuição teórica (...) nesse seu novo valor, aponta para um destino diverso, não mais aos pais de família, mas à comunidade cultural no seu conjunto, verdadeiramente a todos os* sapienti, *como não por acaso Vitrúvio define os seus leitores no livro I, 1, 17"* (ROMANO, 1987, p. 182).

Ao arquiteto compete uma formação técnica e literária prolongada, consoante a um programa de disciplinas complexo que lhe assegura a aquisição de uma verdadeira "ciência enciclopédica". Ninguém se faz arquiteto da noite para o dia, ironiza Vitrúvio! Erudito entre eruditos, seu saber não se desvincula, por certo, da habilidade técnica. Mas tal modalidade de "sabedoria prática" não se identifica com o estrito domínio do ofício, sua ciência o conduz a um nível intelectual que extrapola os círculos do *métier*. O arquiteto necessita saber sobre música sem ser músico, sobre geometria sem ser geômetra, pois são as verdades da geometria que dirigem a disposição das partes do edifício, a leis matemáticas da harmonia que governam a beleza da arquitetura, e assim por diante. Nessa esfera de "interesse comum" ele alcança as razões que iluminam sua *téchne*; a dignidade de sua arte nasce desse contato com múltiplas disciplinas, sem se

confundir com nenhuma. Interlocução que, em contrapartida, desperta igualmente a curiosidade dos sábios sobre a ciência da arquitetura, ampliando o conhecimento das relações recíprocas e temas comuns entre as disciplinas (cf. Livro I, 1, 11-12).

O estratagema vitruviano de requalificação da arquitetura – e do estatuto social do arquiteto – por meio do *De architectura,* respalda-se, por assim dizer, no interesse dos *sapienti*. Salvatore Settis (1993, p. 483) mostrou o quanto a tratadística das artes esteve comprometida com a constituição de um "pubblico dell'arte". Em seu empreendimento intelectual, como informa o proêmio ao Livro Sétimo, o arquiteto romano contou com o auxílio de um bom número de escritos anteriores. Das compilações de autores ou feitos antigos à empresa monumental das bibliotecas de Pérgamo e Alexandria, o apreço pelas obras passadas, "como que haurindo água das fontes", baliza-se pelo cuidadoso enquadramento histórico das vertentes literárias. Curiosamente, como observa Settis (1993, p. 478), o elenco de autores e obras reunidos no proêmio não vem encabeçado por um tratado de arquitetura, mas pelo de Agatarco sobre perspectiva cenográfica: *"Compreende-se que Vitrúvio – pondera o historiador – no intento de enobrecer os tratados [de arquitetura] que aditava como próprios predecessores [ao de Agatarco], tenha começado, alterando a cronologia (não saberia se conscientemente), por Agatarco: porque o caráter matemático daquele seu escrito o aparentava às obras dos arquitetos, porque naquele campo ele havia aberto caminho a filósofos como Demócrito e Anaxágoras, e porque a perspectiva era um tema que tinha cidadania bem além dos portadores da* τέχνη *específica (dela tratou, por exemplo, também Euclides)."* (idem, p. 490).

Em chave evolucionista, a lista de obras fornecida por Vitrúvio percorre uma trajetória histórica que vai dos *syngrámmata* (memoriais sobre edifícios singulares) aos *praecepta,* ou tratados escritos por arquitetos e "conhecedores" em geral. Assim, em seqüência ao trio Agatarco, Demócrito e Anaxágoras, vêm Sileno, Teodoro, Quersífon, Metagenes, Piteu, Teodoro de Fócia, Fílon, Hermógenes, Arcésio e Sátiro – todos com publicações comentando edifícios isolados, em sua maioria templos, e sistemas de proporções. No cume do percurso, os que atingiram a excelência na arte, "permanentemente saudada com os mais nobres louvores e considerada em eterno florescer" – Piteu e Sátiro, Leocares, Briáxis, Escopas, Praxíteles e Timóteo. Por fim, a indicação de alguns "escritores menores", com tratados sobre proporção e máquinas, que fazem a passagem para as poucas publicações romanas: a de Fufício, o tratado de Terêncio Varrão sobre as Nove Disciplinas, sendo uma a arquitetura, e outros dois volumes de P. Sétimo (Livro VII, Proêmio, 11-14).

Fiando-se em tais autoridades, Vitrúvio pretende definir critérios seguros sobre a arquitetura. Que o repúdio aos "ignorantes" deixe transparecer uma atitude conservadora para com as inovações de seu tempo, como tantos enfatizam, isso pouco esclarece sobre os parâmetros de excelência por ele advogados. É

patente o interesse de Vitrúvio pelos *volumina commentariorum*, comentários deixados por arquitetos sobre obras singulares. Um primeiro critério seletivo se entrevê com a definição mesma do valor da teoria, vale dizer, sua capacidade de conceder as razões das obras realizadas pela habilidade técnica. Daí a propensão à Grécia, que *"sobre tais assuntos tem publicado muitos volumes, enquanto os nossos"* – observa o arquiteto romano – "são raros". Mas sua atitude não é, a rigor, a de um grecomaníaco. Em desfecho ao proêmio, Vitrúvio destaca que, no passado e no presente, muitas são as obras feitas por arquitetos *"tão magníficos quanto os gregos"*, e poucos os que publicaram sobre os preceitos de sua arte (Livro VII, Proêmio, 18, p. 163). Os *exempla* citados no tratado oscilam entre a Grécia clássica, o período helenístico ou o de tradições itálicas, vigentes ou em vias de desaparecimento.

Ao superestimar o "conservadorismo" ou "nostalgia" de Vitrúvio perde-se, em verdade, o sentido que a erudição assume no *De architectura*. As compilações ou colecionismo jamais redundam em erudição inócua. Pelo contrário, somente por seu intermédio o arquiteto pode alcançar os valores perseguidos na arte. Expressões como "excelência", "fama eterna", "sempiterna florescência" – comuns aos círculos enciclopedistas – evidenciam sua disposição profundamente respeitosa com relação aos *exemplares*, modelos absolutos consagrados no tempo. Os "edifícios perfeitos" ocupam *tópoi* privilegiados na trama de argumentação do tratado. *"Tais edifícios – observa Antonio Corso – são (...) florilégios de soluções pertinentes a épocas e matrizes culturais distintas, mas consideradas nos respectivos âmbitos ótimos e, portanto, valorizadas dentro de complexos edilícios que não pertencem consequentemente a nenhum momento histórico particular. Tal procedimento (...) reenvia de fato à estação cultural eclética tardorepublicana da idade da Quinta Academia, de Cícero e Varrão."* (CORSO, 1997, p. 527). Ao invés de conservador, convém o adjetivo de eclético.

Dirigindo-se a um público amplo, o *De architectura* se distingue dos anteriores escritos de Fufício, Varrão ou P. Sétimo por almejar uma maior abrangência e sistematicidade. Vitrúvio se mostra, de partida, em uma situação de vantagem sobre os demais. Sobretudo, seu tratado é escrito por um arquiteto. No limiar entre a linguagem técnica e a literária, coordenando diretivas teóricas e expedientes práticos, objetiva esclarecer a todos sobre a dignidade da arquitetura entendida como *arte*, prática profissional. Uma arte que, requerendo um longo aprendizado, só pode estar sob a responsabilidade de arquitetos.

"Ninguém se empenha em praticar em sua própria casa ofícios tais como o de sapateiro, pisoeiro, ou tantos outros ainda mais fáceis, senão o de arquitetura, e isso porque os que o professam são denominados arquitetos não por uma arte verdadeira, mas indevidamente. Diante disso, julguei que devesse organizar os mais diligentemente possível o corpo da arquitetura e de suas doutrinas, imaginando que isso haveria de ser para todos um favor bem recompensado." (1999a, Livro VI, Proêmio, 7, p. 142)

Comparado aos *Disciplinarum libri* de Varrão, que destinava um volume ao estudo da arquitetura, o tratado vitruviano não aparenta ser um escrito original, antes uma complementação de publicações pretéritas, melhor organizando preceitos e gêneros de edificações com base em uma compilação mais abrangente, e incorporando aspectos de difícil domínio para inexpertos. Vitrúvio, porém, é peremptório quanto à originalidade do escrito: aspira-se aí a uma "ordenação perfeita" (*ad perfectam ordinationem*). Só então se pode rigorosamente falar em um tratado de arquitetura.

2. A perfeita ordem do *De architectura*

Vitrúvio esclarece em diversas ocasiões que o tratado *De architectura* compreende o *corpus* da disciplina. A afirmação possui um sentido inequívoco. Em seus Dez Livros o autor conduz uma reflexão sobre a arquitetura, considerando não apenas âmbitos diferenciados ou gêneros singulares de edificação, mas o conjunto unitário das partes. Tal coordenação entre partes e todo permite estabelecer os preceitos comuns e as diferenças qualitativas, precisando os limites de cada gênero, e alcançando, enfim, uma doutrina orgânica e completa da arquitetura. Aí reside a maior diferença entre o *De architectura* e os demais escritos. Comentários sobre edifícios isolados, tratados sobre *symmetríai* de templos dóricos, jônicos ou coríntios, sobre as espécies de representação, permanecem sempre "partículas desconexas". Mesmo os autores que se propuseram escrever sobre a disciplina em si, como Varrão ou P. Sétimo, não alcançaram, na opinião do autor, pleno êxito.

No proêmio ao Livro IV, sobre os templos e as ordens arquitetônicas, Vitrúvio pondera:

"Tendo observado, ó Imperador, que muitos têm deixado sobre a arquitetura preceitos e volumes de comentários não ordenados mas incompletos como partículas errantes, eu estimei como coisa digna e utilíssima conduzir o corpo da disciplina a uma ordem completa (ad perfectam ordinationem) e explicar as qualidades prescritas dos gêneros singulares em volumes singulares."[8]

Tal a posição do *De architectura* em relação aos demais escritos do gênero. A convicção de Vitrúvio quanto à necessidade de uma abrangente reflexão sobre a disciplina, sobre o conjunto unitário das partes, transpõe para o plano teórico a justificativa outrora pautada na crise da profissão. Para a dignificação da arte não basta restabelecer um corpo doutrinal já definido. O "ineditismo" do tratado com relação aos empreendimentos anteriores não consiste em acrescentar e atualizar matérias, mas em reorganizar todo o material, submetê-lo a novas sistematizações, tendo em vista uma mais completa "ordem do todo".

Assinala-se, assim, um ponto-chave da exposição. Estranhamente, na edição brasileira dos Dez Livros o tradutor propõe um sentido distinto para a passagem

(8) VITRÚVIO (1997, Libro IV, Proem., 1, p. 369); na edição da Les Belles Lettres, lemos: *"Ayant remarqué, Imperator, que bien des auteurs n'avaient laissé, en fait d'enseignement et de volumes sur l'architecture, que des monographies sans organisation d'ensemble et à l'état d'ébauche tels des fragments épars, j'ai estimé que l'oeuvre qui valait d'être entreprise et qui serait la plus utile consistait à élever au niveau d'un système accompli ce vaste ensemble de connaissances, et à développer sous une forme normative les caractères de chacun d'eux."* (VITRUVE, 1992, Livre IV, texte établi, traduit et commenté par P. Gros, p. 2).

supracitada, considerando os "preceitos e volumes de comentários" como escritos do punho do próprio arquiteto[9]. Perde-se, com isto, o significado que o *De architectura* assume para seu autor. Entretanto, mesmo se as *particulas errabundas* correspondessem a esboços anteriores, preparatórios do tratado, ainda assim, nada mais distante dos desígnios de Vitrúvio do que escrever uma obra em que as noções aparecessem superpostas, as definições confusas e sem uma organização clara das matérias, como argúem Alberti, Perrault *e tutti quanti*.

Que Vitrúvio vise, antes de tudo, a uma criteriosa sistematização, a definição precisa do corpo disciplinar, de suas particularidades e elementos comuns, isso fica patente também pela similitude de intenções com outros autores. A. Novara, Elisa Romano e Pierre Gros, dentre outros, destacam a conexão entre a referida passagem e o *De oratore,* de Cícero, no qual diz:

"Quase todos os conhecimentos das partes que, agora reunidos em uma doutrina coerente, constituem uma arte, estavam antes dispersos e incapazes de formar um conjunto unitário: assim estavam, no campo da música, o ritmo, os tons, a melodia; naquele da geometria, as linhas, as figuras, as dimensões, as grandezas; naquele da astronomia, as revoluções, o nascer e pôr do sol, os movimentos dos astros; naquele da gramática, a exegese da poesia, a interpretação da história, o sentido dos vocábulos, as entonações da eloqüência; na retórica mesma, a invenção, a elocução, a disposição, a memória, a ação. A relação desses elementos entre si era desconhecida, pareciam sem relação, disseminados. Por isso se tem buscado, fora desses setores, em um campo do qual os filósofos reivindicam a inteira propriedade, um método para reunir em alguma forma esses materiais isolados e esparsos, e constrangê-los a entrar em um sistema racional."[10]

Também Varrão, como observa P. Gros, recorda, em *De re rustica,* que antes de sua obra haviam apenas escritos "separados e dispersos", cabendo *"nessa matéria oferecer uma reflexão completa e orgânica"*[11]. Ao apontar esse *tópos* da tratadística, Vitrúvio evidencia o tipo de organização almejada: a adição de novas matérias não complementa sistematizações anteriores, impõe um rearranjo integral, assim evidenciando relações antes desconhecidas. Os *exempla* e *praecepta* precisam ser considerados segundo uma ordem racional "a ser demonstrada" – e cujo caráter abstrato, em alguns casos, é flagrante, como na seqüência evolutiva dos templos mais simples aos mais complexos, apresentada nos capítulos iniciais do Livro Terceiro (verdadeira *geschichtskonstruktion*, poder-se-ia dizer), ou na incorporação da coluna toscana ao sistema de proporções das ordens gregas, proposta pelo autor em desfecho ao Livro IV.

A superação do estado de "partículas dispersas, errantes" consuma-se com a complexão do *corpus* da disciplina. Para evidenciar essa ordem compete argüir sobre os elementos comuns, e, igualmente, as diferenças entre os domínios, seus preceitos singulares, "de modo que não se unam coisas que estão separadas" – ou, segundo a fórmula dos antigos, não se tenham como semelhantes coisas que

(9) *"Quando notei, imperador, que havia deixado muitas coisas sobre arquitetura e volumes de memórias preparados de antemão, não devidamente ordenados mas apenas esboçados, como partículas errantes, encarei como tarefa digna e da maior utilidade integrar perfeitamente o corpus de tão magnífica disciplina e explicar em cada um dos livros as qualidades já anteriormente descritas de cada um dos gêneros."* (VITRÚVIO, 1999a, p. 105).

(10) CICERO, *De oratore* (1, 42, 187-88), apud GROS (1997, p. XXXIII); ROMANO (1978, p. 187) "Nascita dell'Architettura"; Novara (1983).

(11) VARRÃO. *De re rustica* (1, 1, 7 e 3, 2, 13), apud GROS (1997, p. XXXIV).

são distintas, nem dessemelhantes coisas iguais. "Instituí suas ordenações", ajuíza Vitrúvio no Proêmio ao Livro V, *"de modo que os consulentes não devam unir noções separadas, mas tenham exposições das várias partes extraídas de um único corpo e desenvolvidas em singulares volumes"*[12].

Classificação rigorosa das partes, exposição dos gêneros singulares em volumes singulares[13]. Uma vez mais, as intenções do autor, ao apresentar seu *De architectura,* conduzem ao oposto das invectivas abertas por Alberti. Todavia, se os exegetas hodiernos têm salientado, em muitos pontos, a coerente articulação de noções outrora vistas como redundantes e tautológicas (e, diga-se de passagem, particularmente no caso da tríade *symmetria, proportio* e *eurythmia*), Alberti, o mais erudito dos arquitetos do renascimento, tinha suas razões ao investir palavras tão ásperas contra o escritor antigo.

3. Os desafios da ciência

No Livro Primeiro do *De architectura,* Vitrúvio define os parâmetros de excelência de sua arte coordenando o princípio da *symmetria* às conveniências do *décor*, e assim oferecendo o que o renascimento convencionou chamar de doutrina das ordens arquitetônicas. "O decoro", lê-se, *"consiste no aspecto correto de uma obra, realizado ao se compor com competência elementos considerados justos."* A Minerva, Marte ou Hércules se destinam templos dóricos, pois *"em razão de seu caráter vigoroso convém que se construam edifícios despojados de ornamentos";* a Vênus, Flora, Prosérpina ou às ninfas das fontes de edifícios em estilo coríntio, pois *"realizações de uma certa delicadeza, floridas e ornadas de folhas e volutas acentuarão, assim parece, o caráter que legitimamente lhes convêm";* a Diana ou Dioniso, templos jônicos, pois *"deve-se ter em conta – ultima o Vitrúvio – sua posição intermediária (ratio mediocritas), de modo que o princípio peculiar desses templos se colocará em equilíbrio seja com a severidade do estilo dórico seja com a delicadeza daquele coríntio"* (Livro I, 2, 5).

Assimiladas aos três *genera dicendi* da poesia clássica, as espécies de colunas dórica, jônica e coríntia mantêm entre si uma relação exata. A origem histórica e aspectos singulares de cada coluna – a tão comentada associação entre a ordem dórica e "as proporções, firmeza e beleza do corpo masculino", a jônica e a "delicadeza e esbeltez femininas", a coríntia e a "delicadeza virginal das donzelas" (Livro IV, 1, 6-8) – coaduna-se à ordem racional entre os termos. No Livro V, Vitrúvio afere à mesma lógica triádica no domínio das harmonias musicais, evidenciando sua "legalidade natural":

"os gêneros das modulações são três, o primeiro é aquele que os Gregos denominam harmonían (acordo), o segundo chrôma (cor), o terceiro diátonon (entrepasso). A modulação da harmonia é concebida artificialmente, e por tal motivo o seu canto apresenta sobretudo uma autoridade grave e exímia. O croma,

(12) Sigo aqui a tradução italiana: *"E ho istituito i loro ordinamenti in modo che coloro che le ricercarano non debbano unire insieme nozioni separate, ma abbiano esposizioni delle varie branche tratte da un unico corpo e svolte in singoli volumi."* (1997, Libro V, Proêmio, 5, p. 551). Na tradução brasileira lê-se: *"Elaborei seu ordenamento para que não tivessem de ser apreendidas de forma avulsa pelos consulentes, mas como partes de um corpo uno que contivessem a explicação dos diversos temas em cada um dos volumes."* (1999, p. 120).

(13) Às passagens dos proêmios aos Livros IV e V, supracitadas, conviria ainda reunir a do Livro VII, Proêmio, 18, *"expor metodicamente cada um desses assuntos em volumes separados."*; op. cit., p. 163.

por refinada virtuosidade e freqüência de modulação, garante um mais suave dileto. Do diátono, por sua vez, porque é natural, a distância dos intervalos se apresenta mais perceptível. Nestes três gêneros diversos estão as disposições dos tetracórdios (...)" (Livro V, 4, 3)[14].

A articulação do argumento, portanto, perpassa diferentes momentos da obra, coerência que reflete os esforços helenísticos de teorização das ordens arquitetônicas de forma mais sistemática e normativa, combinando as interpretações "antropomórficas" àquelas "musicais" dos modos poéticos.

O critério poético-musical de ordenação triádica permitiu aos arquitetos do período helenístico solucionar assimetrias presentes na definição das espécies de colunas, sobretudo a disparidade entre duas ordens femininas e uma masculina[15]. Mas Vitrúvio segue adiante, introduzindo uma "quarta ordem", toscana. Aqui começam as dificuldades. Assim como as ordens gregas se reportam aos povos dórios, jônios e coríntios, a inclusão de uma ordem toscana não deixa de estar em sintonia com o "espírito clássico". A nota itálica dada por Vitrúvio ao tratado acena claramente para um desejo de assimilação da coluna e das "disposições toscanas" ao sistema das três ordens. Mas o esmero do autor em assinalar a originalidade do templo etrusco com relação aos gregos, bem como sua consonância com os *lógoi* harmônicos – comprovando, "com rigor de ciência", a legitimidade da quarta ordem – não é suficiente. As incompatibilidades com o cânone helênico são notórias, e não tanto pela ausência de entablamento completo, composto por arquitrave, friso e cornija. Avizinhando sua coluna às gregas, o arquiteto se mantém em absoluto silêncio sobre a incongruência com a estrutura triádica, poético-musical, que concede unidade às primeiras.

Às aporias teóricas somam-se outras incompatibilidades no encadeamento da exposição. Sobre as alturas da coluna dórica e jônica, o autor informa que, a princípio, eram de seis e oito pés, seguindo os parâmetros antropomórficos do homem e da mulher, porém os pósteros, "aperfeiçoados na elegância e no refino dos julgamentos", definiram medidas mais esbeltas, sete vezes o diâmetro de base para a dórica, e nove vezes para a jônica; a coríntia acompanhava as medidas da jônica, exceto o capitel, que equivalia a um diâmetro completo, enquanto o da outra era 2/3 menor. Como observam Christof Thoenes e Hubertus Günther (1985, p. 267-71), Alberti foi um dos primeiros a perceber a incoerência entre essas prescrições vitruvianas e a doutrina do decoro. As relações de proporção não se conciliam aí com a lógica de coordenação dos termos *severo: ratio mediocritas: tenero* – razão por que, em seu *De re aedificatoria*, o arquiteto renascentista propunha para as respectivas ordens 1:7, 1:8 e 1:9[16].

Mas, se no Livro Quarto Vitrúvio precisa proporções diferenciadas para cada coluna, no anterior, sobre as "espécies" de templos, acata outros critérios, estabelecendo relações de proporção entre intercolúnio e altura, sem sequer

(14) Cito pela ed. italiana (VITRÚVIO, 1997, p. 561).

(15) Cf. Rykwert (1995, p. 9-25).

(16) Cf. também Thoenes (1980, p. 462-ss.).

mencionar as ordens arquitetônicas, e ainda pior, em cabal contradição com as mesmas. Seguindo prescrições (*disciplinarum rationes*) de Hermógenes, para o templo picnóstilo estabelece como altura da coluna dez vezes seu diâmetro de base, para o aeróstilo oito vezes, para o diástilo oito e meio, e nove diâmetros e meio igualmente para os templos sístilo e o eustilo (VITRÚVIO, 1999a, Livro III, 3, 1-10, p. 95-98). A divergência entre tais proporções e o cânone das ordens não se justifica por nenhum procedimento que pudesse elucidar a compatibilidade entre os livros – por exemplo, por refinamentos ou correções óticas (limitados à *entasis* do fuste das colunas).

Os exemplos selecionados acima corroboram as críticas sobre as incoerências e desequilíbrios na organização do tratado. Porém, não dão testemunho de um autor inculto ou despreparado, e sim de um epígono demasiado obediente aos ensinamentos dos preceptores antigos. Assenhoreando-se de procedimentos conceptuais muitas vezes desconhecidos, o autor não se exime do almejado propósito de sistematização e reorganização das matérias em exame. As limitações do projeto, por conseqüência, não devem tanto à ignorância, mas a uma atitude peculiar diante das fontes. Dirigindo-se aos *antiqui*, aos *maiores*, Vitrúvio age como herdeiro de um patrimônio cultural ameaçado; dispõe-se diante dos tratados helenísticos de modo análogo ao respeito defronte às "obras perfeitas". O que não permite inferir que simplesmente recolha uma tradição. O desafio a que se propõe é sempre o da síntese, da unidade "eclética". As sistematizações empreendidas pela Quinta Academia, de Cícero e Varrão, inspiram a confecção do *De architectura*, e o sucesso do tratado se divisa, a princípio, com a possibilidade mesma desse "ecletismo coerente".

Um segundo limite à sistematização pretendida diz respeito às normas da *diaíresis* antiga, vale dizer, às classificações segundo gênero e espécie. *"Se hoje Vitrúvio se parece mais com um escritor que recolhe [informações] do que com um ordenador,"* pondera Pierre Gros, *"se o seu projeto teórico funciona sobretudo como quadro taxonômico, (...) a causa não deve ser buscada apenas em uma debilidade de concepção que seria própria do autor do De Architectura. No âmbito da espistemologia helenística, as classificações por argumentos ou por categorias, que se regem mais sobre uma axiologia moral e filosófica do que sobre uma estrutura rigorosamente definida, raramente dão origem a uma sistematização rígida e durável."* (1997, p. XLV). Propondo analisar gêneros singulares em volumes singulares[17], Vitrúvio se detém fundamentalmente na classificação das categorias de edificação – subdividas novamente em gêneros e espécies – e dos preceitos peculiares a cada argumento em exame, o que compromete a articulação teórica mais rigorosa do tratado. Como ressalta o historiador, se os volumes dedicados ao estudo da *aedificatio* são enquadrados pelos livros II e VII, cada qual com enunciados que se estendem a todos os gêneros de edifícios –, o Livro II trata dos materiais e o VII dos acabamentos –, os desequilíbrios persistem: o capítulo sobre fundamentos, extensível aos demais volumes, comparece no livro

(17) Cf. Livros IV, Proêmio, 1; V, Proêmio, 5; VII, Proêmio, 18.

III, relacionado especificamente aos templos; os livros V e VI, sobre edificações públicas e privadas, em numerosas passagens reenviam o leitor aos sistemas proporcionais definidos nos livros III e IV; o tratamento dos pórticos e colunatas de monumentos profanos e dos peristilos remetem, por sua vez, à definição das "ordens" arquitetônicas (idem, p. XLVIII-XLIX).

Se tais aspectos prejudicam os imperativos da epistemologia, igualmente assinalam, mais do que imperícia ou despreparo do autor, limites postos pelas condições históricas em que o projeto teórico do *De architectura* foi concebido. Esse não é o caso de uma série de outras assimetrias na composição da obra. De início, a intenção de destinar para cada gênero um volume singular é contraditada pelo estudo dos templos em dois livros (III e IV), medida que não se justifica pela extensão do assunto, *"pois esses dois livros, juntos, são menos longos que o livro X"* (GROS, 1997). Também a tripartição do tratado em *aedificatio*, *gnomonice* e *machinatio*, apresentada em I, 3, 1, não coincide com a organização temática dos volumes: aos sete primeiros livros sobre edificação e ao nono sobre gnomônica interpõe-se um tratado, *De aquis,* correspondente ao Livro VIII.

Avizinhadas, essas incongruências não apenas ilustram antigos juízos, insinuam caminhos que levarão a destinos cada vez mais distantes daqueles trilhados por Alberti e seus seguidores.

4. Os tempos da escrita

As discussões sobre a datação do *De architectura* foram reacesas por Francesco Pellati em 1938, ocasião em que propôs o ano de 27 a.C. como determinante. A enumeração das *Nationes externae,* feita por Vitrúvio no primeiro capítulo do Livro Segundo, referindo-se à *Hispania*, *Gallia* e *Aquitania*, deveria ser lida, segundo o autor, em cotejo com as palavras do *De bello gallico*, que informavam ser a Aquitânia, na era de César, e até a reordenação promovida por Augusto, em 27 a.C., uma das três partes da *Gallia comata* (PELLATI, 1938, p. 36) – o que impossibilitava situar o tratado antes da referida data. Em 1950 Pellati volta ao argumento com *La Basilica de Fano e la formazione del Trattato di Vitruvio,* aventando a hipótese de a obra ter sido redigida em dois momentos bastante distintos, com sinais de defasagem evidentes na ordem expositiva do tratado.

A proposição do historiador apoiava-se, como o título indica, no depoimento do arquiteto sobre a basílica por ele projetada para a cidade de Fano, cujo *tribunal* se conectava, pelo lado mais longo, com um templo de Augusto. A autenticidade do parágrafo, único no que concerne às obras do arquiteto, havia sido freqüentemente contestada por razões de ordem filológica e com base nas informações inverossímeis fornecidas no Livro II sobre o lenho de lariço,

comercializado nas proximidades de Fano. Afirmando tratar-se de produto incombustível, Vitrúvio atestava seu desconhecimento do material e da própria região (1999a, Livro II, 9, 14, p. 87). Pellati, no entanto, por meio de meticulosa revisão filológica, refutava a hipótese de uma interpolação posterior ao texto, seguindo indícios de uma provável "segunda edição" do tratado, ampliada, a assinalar momentos distintos de sua redação.

Em 16 de janeiro do ano 27 a.C., Otávio recebe do Senado o título de Augusto, ao qual Vitrúvio faz menção quando descreve o *Aedes Augusti* conexo à basílica. Curiosamente, observa Pellati, igual denominação não comparece em nenhuma outra parte do tratado, sendo recorrentes os títulos de *Caesar*, *princeps* ou *imperator*, "aqueles que ele possuía antes de 27 a.C."; mais, no prêmio ao primeiro livro, presumivelmente escrito com a redação do tratado em fase conclusiva, o arquiteto se dirige a "César Imperador" (PELLATI, 1950, p. 166). As discrepâncias aumentam com relação aos Templos de Augusto construídos na Itália, todos "notavelmente posteriores ao ano 27" (idem, p. 158). A improbabilidade de uma única edição do *De architectura* parece se confirmar com as menções aos templos em geral. *"Vitrúvio nos diversos livros do Tratado recorda como existentes templos que em 27 ainda não existiam, e templos que depois de 27 não existiam mais",* com o que Pellati conclui: *"estes últimos foram por ele mencionados no Tratado tal qual foi escrito e apresentado aos primeiros anos de 27, os outros foram evidentemente mencionados em livros acrescentados e em passagens interpoladas por Vitrúvio mesmo depois do ano 27"* (idem, ibidem, p. 166).

As polêmicas reabertas com o ensaio de Francesco Pellati são muitas. Elisa Romano, por exemplo, denuncia a fragilidade do argumento sobre os templos: considerados *exemplo,* como tantos outros da Grécia e do Oriente, não haveria por que os ter como testemunhos de uma época específica, aquela na qual Vitrúvio escrevia seu tratado (ROMANO, 1978, p. 19-23). Porém, a hipótese aventada ganha maior pertinência com respeito às disquisições sobre a organização geral da obra.

No proêmio ao Livro Quinto, adverte Pellati, Vitrúvio *"confessa abertamente haver composto o seu Tratado in forma cubica, isto é, de seis faces, de seis livros"*; a passagem, *"até hoje desapercebida por todos os estudiosos"*, refere-se ao costume de Pitágoras e dos pitagóricos de registrarem seus preceitos em volumes com distribuição cúbica, e retoma a opinião dos matemáticos de o número seis ser perfeito, anteriormente exposta no Livro III, 1, 6 (1950, p. 165). Nessa senda, Pellati assinala descontinuidades entre os livros destinados à *aedificatio* e os demais, a corroborar, em seu juízo, a hipótese da dupla edição. Assim, muitas das matérias expostas nos primeiros volumes parecem ter como fonte Possidônio, ao passo que, a partir do Livro VII, a principal referência é o *De novem disciplinis,* de Varrão, composto, *"segundo todas as evidências, na sétima década do primeiro século a.C."* – diversidade de fontes notória, argumenta, no caso da doutrina dos

quatro elementos, apresentada nos livros II e VIII (idem, p. 165, n. 22). Por outra parte, o Livro VIII se coliga à informação de Frontino: a introdução *"do módulo da fístula quinária, calibre base com um diâmetro de 0,022 m"* para distribuição das águas deveu-se *"a Agripa ou ao arquiteto Vitrúvio",* avalizando, na opinião do historiador, a hipótese de Degering sobre a participação de Vitrúvio como colaborador técnico de Agripa, superintendente dos aquedutos de Roma, entre 19 e 14 a.C. (PELLATI, 1938, p. 44; 1950, p. 170-71). Dentre as várias interpolações, correções e acréscimos para a reedição do tratado, o historiador destaca, além da referência à basílica de Fano (Livro V, 1, 6), a do Templo de Quirino (Livro III), reconstruído e inaugurado no ano 16, bem como a brevíssima indicação dos anfiteatros (Livro I, 7), que se generalizaram somente depois de 29 a.C. e sequer são mencionados no Livro V. À exceção desses e outros poucos casos, *"os monumentos citados nos primeiros livros são todos de idade republicana, isto é, anteriores a 27 a.C."* (1950, p. 172-73).

Mas a fraca sustentabilidade das duas principais provas com as quais Pellati constrói sua hipótese – o templo conexo à basílica de Fano e a colaboração de Vitrúvio com Agripa – será um alvo permanente da historiografia. Em 1973, L. Callebat ampliará as balizas temporais da suposta participação de Vitrúvio na administração das águas da cidade de Roma, condizente com as competências próprias dos *apparitores*, podendo ter exercido por alguns anos tal atividade, provavelmente a serviço de Agripa, a partir de 33 a.C.[18]. Muitas das informações do Livro VIII sugerem como fonte os conhecimentos profissionais do arquiteto, indicando, como assinala o historiador em alusão a Frontino, uma *"etapa intermediária entre uma prática empírica assaz confusa e uma normalização mais rigorosa e fundamentada, que foi quiçá a das obras de Agripa"* – somente em 11 a.C. adotou-se uma regulamentação oficial dos calibres (CALLEBAT, 1973, p. 167). Por sua vez, desde 1976 P. Gros tem dedicado vários estudos à questão do *Aedes Augusti*, apresentando outras possíveis interpretações à referida passagem (V, 1, 6). Sobre a improvável construção nos anos 20 a.C. de um templo dedicado a Augusto em solo itálico, o autor lembra que já Agripa havia proposto para o programa edilício imperial do Campo Marzio, realizado entre 25 e 27 a.C., um complexo de basílica judiciária e templo onde pensava, segundo Dione Cassio, dar ao segundo o nome de *augusteum*. A recusa do imperador, nesse caso, torna mais sedutora a especulação sobre os vínculos entre Agripa e Vitrúvio. Seguindo Gros, Antonio Corso nota que *"o* Aedes Augusti *de Fano poderia pertencer ainda aos anos 20 do século I a.C., enquanto Vitrúvio pode ter assumido, com a construção do complexo basilical fanense e a sua descrição particularizada nessa passagem [do tratado], uma função pioneira e propulsora com respeito à constituição de sedes de culto de Augusto também em âmbito itálico"* (CORSO, 1997, p. 653, n. 72). A disseminação do esquema chamado "de Fano", de disposição da basílica em relação ao fórum, em plena e tarda idade augustea, bem como a freqüente presença de ciclos estatuários representando a família

(18) Cf. CALLEBAT (1973) "Introduction", p. X, XVIII-XXI e XXXVIII, e "Commentaire", cap. VI, 4, n. 4, p. 163-67; cf. também GROS (1997, p. XIII-XVIII).

imperial no interior dos espaços basilicais, sublinham *"a função que a basílica agora assume de sede da devoção leal ao regente do Estado",* reforçando a hipótese que, no complexo fanense concebido por Vitrúvio, *"é plausível que [o edifício religioso] fosse uma capela mais do que um templo na acepção monumental do termo"* (idem, p. 653-54)[19].

Em 1993, A. Kessissoglu trará novos e mais decisivos argumentos sobre a inspiração pitagórica na definição de os Dez Livros do *De architectura*. Sem reafirmar a hipótese de Pellati sobre a redação em dois tempos do tratado, o autor aponta um conjunto de rearranjos que evidenciam o claro intuito de atingir a década na ordenação geral da obra, número cujas virtudes e perfeição Vitrúvio expunha em paralelo à opinião dos matemáticos sobre a perfeição do seis. Gros também enfatiza as rupturas e, de modo mais enfático, as possíveis defasagens cronológicas na redação do tratado. A duplicação do volume destinado aos templos poderia ter sido um artifício para levar a sete o número de livros sobre a *aedificatio*; por sua vez, *"não se pode deixar de notar a heterogeneidade [do livro VIII, o tratado De aquis] com respeito à organização global do De architectura",* fatos todos favoráveis, segundo o historiador, à hipótese de Kessissoglu (GROS, 1997, p. XLVI-VII).

E aqui retornamos à "ordem toscana" e às incompatibilidades com a "tríade grega", anteriormente assinaladas. Com relação às ordens, ultima Gros, *"que se assinale apenas, no interior do Livro IV, o claro acréscimo dos três últimos capítulos [sobre a coluna e templo toscanos, e os templos rotundos], que se esforçam para preencher as lacunas do 'tratado das ordens'; este ocupa todo o Livro III e a maior parte do sucessivo, até VI, 6, 6, onde novamente uma fórmula conclusiva fecha um círculo que se encerra sobre si mesmo e, de modo tosco, coloca fora da intenção original a última parte do mesmo livro, que pertence, segundo toda a evidência, a uma fase ulterior da redação"* (idem, p. XXIX).

Revivescida nas últimas décadas do século 20, a hipótese de uma provável edição posterior, atenuada do matiz fortemente helenístico dos primeiros seis livros destinados à edificação, franqueia novos campos de indagação sobre as interpolações e descontinuidades do escrito vitruviano. Sob esse novo viés, muitos dos percalços à sistematização bem podem assinalar dificuldades e hesitações postas aos redirecionamentos do propósito geral do tratado.

5. Um tratado augusto

A organização do tratado de Vitrúvio segundo os domínios da *aedificatio*, *gnomonice* e *machinatio*, a reunião de uma ordem toscana à tríade grega, o *"De aquis"* e, com maior evidência, a concepção do novo espaço basilical de Fano, são mais do que indícios acerca da sintonia do *De architectura* com o programa edilício imperial. Reavendo a hipótese das defasagens temporais ou reedições do

(19) Antonio Corso segue os estudos de P. Gros, *Aurea templa. Recherches sur l'architecture religieuse de Rome à l'époque d'Auguste* (1976), e *Les étapes de l'aménagement monumental du Forum* (1990).

tratado, nas últimas décadas a historiografia propende a uma datação proto-augustea do texto conclusivo, por volta de 27 a.C. A *pax augusta,* principiada com a vitória de Azio, pondo fim às guerras internas, o fechamento do Templo de Jano, ato simbólico de quem se apresentava como o novo fundador de Roma, e o empreendimento das grandes operações edilícias, a partir de 29 a.C., parecem ambientar o proêmio aos Dez Livros, cuja *laudatio* exalta as obras públicas como "testemunhos da *maiestas imperii*"[20]. Porém, sintonia não equivale à adesão plena.

Como é consenso entre os historiadores, Vitrúvio dificilmente participou da extraordinária renovação da arquitetura religiosa de Roma iniciada por Augusto em 28 a.C., época de seu sexto consulado, abrangendo a reestruturação de santuários e mais de 80 edifícios de culto totalmente refeitos (TORELLI, GROS, 1988, p. 169). Os diversos programas edilícios concebidos em escala urbana e a própria organização político-administrativa, com base em uma visão integral da cidade, dinamizaram um campo de atuação profissional cujos horizontes Vitrúvio divisa nitidamente, ao ampliar seu tratado para o conjunto das atividades de competência do arquiteto[21]. Mas sua postura diante das inovações arquitetônicas da primeira idade imperial permanece quase sempre negativa: nenhuma ênfase, em seu tratado, ao emprego do arco nas edificações; total indiferença à grande inovação romana de fins do século 2 a.C., a combinação de paredes com arcadas e colunas adossadas.

O caminho de aproximação ao programa augusteo dificilmente seria outro senão aquele traçado como propósito maior do tratado sobre a *aedificatio*. São os valores permanentes que Vitrúvio tem em vista. Não é indiferente ao novo, a exigências novas, à mudança de um modo geral, porém, cabe tê-las no panorama dos *exempla* e *praecepta* consagrados pelo tempo. Daí seu estranhamento e desinteresse pelas inovações arquitetônicas em curso, e amplas possibilidades construtivas e formais que então apenas se anunciavam. Destrelando-se do "gênero de coluna" peculiar ao sistema trilíptico grego, tais edifícios ameaçavam tacitamente a constelação de soluções canônicas da "boa arquitetura". Vitrúvio segue uma direção contrária.

Com a assimilação da coluna e "disposições toscanas" ao sistema das três ordens, a promoção do templo etrusco à dignidade dos gregos, o arquiteto radicaliza, por assim dizer, a senda eleita desde o início. Aí radica sua autêntica adesão ao programa augusteo. Para além de impor restrições ao *laisse-faire* em voga na profissão, fixando parâmetros de qualidade, o *De architectura* termina por fornecer lastro teórico à política imperial de exaltação dos "valores itálicos", em contraponto à helenização dominante desde os tempos de Alexandre. Como propõe Gabriele Morolli (1985, p. 57), a dedicatória de abertura ao Livro Primeiro deve ser lida junto à passagem do proêmio ao Livro Sétimo, na qual o arquiteto, dirigindo-se a César Imperador, sublinha, uma vez mais, os desígnios de sua obra:

"Quanto a mim, ó César, não será adulterando marcas de outros para substituí-las por meu nome que revelarei o corpo de minha ciência, nem

(20) Cf. TORELLI, GROS (1988, p. 167-79); GROS (1997, p. XXX).

(21) Especificamente sobre o programa augusteo, e a "inclusão" do Livro VIII, cf. CALLEBAT (1973, p. XVIII-XXII).

criticando o pensamento de outrem que lograrei aprovar o meu em detrimento daquele, mas a todos os escritores rendo infinitas graças por terem elaborado abundante material, havendo recolhido da tradição passada egrégias produções de espírito, uns, de um jeito, outros, de uma outra forma, de que nós, como que haurindo água das fontes, dispomos, para nossos próprios escritos, de elementos úteis, fecundos e práticos, e, a partir da capacidade de tais autores e na crença neles, ousaremos construir ensinamentos novos [instituiciones novas]. (...) deixando-me influenciar por eles comecei então a evoluir." (1999a, Livro VII, Proêmio, 10, p. 160-61).

Segundo o historiador, os progressos e novos ensinamentos aos quais Vitrúvio se refere remetem sobretudo às "*tuscanicae dispositiones*", termo empregado pelo arquiteto a propósito do templo etrusco (MOROLLI, 1985, p. 57), cuja inclusão no rol dos cânones não redunda em uma equação forçada, mas na *"tentativa (assaz bem sucedida) de desenvolver do cepo da Classicidade helênica uma linguagem arquitetônica funcional à* 'consuetudo italica' *(...) a consciente fundação de um filão expressivo por assim dizer neoetrusco"* (idem, p. 56). Certo, a essa inovação outras importantes podem ser emparelhadas – a começar pela basílica de Fano, ou mesmo pela perfeita ordenação da disciplina –, mas a marca itálica dada ao tratado liga-se indubitavelmente ao movimento "neoestrusco", identificado como símbolo da *pax augusta*. O culto colecionista dos *tyrrena sigilla*, estátuas etruscas disputadas junto às gregas, a admiração de Plínio pela estátua do "Apolo toscânico" na biblioteca do Templo de Augusto, os elogios constantes à beleza "dura" da arte etrusca (Quintiliano), dão testemunho do apreço pelo arcaico, e de seu contraste com a arte clássica. Na arquitetura, o Monumento a Cláudio, o Arco de ordem toscana, aberto junto ao Condotto dell'Acqua Vergine, e o Mausoléu de Augusto, *"imenso túmulo cônico de terra elevado sobre um baixo tambor lapídeo do Augusteion",* registram uma situação similar. Consagrando Eneas um aliado dos Etruscos, ferozes inimigos na mitologia itálica de outrora, a poesia de Virgílio perpetuará o sentimento de época. Nesse breve, mas veemente neo-arcaísmo augusteo, salienta Morolli, a esperança de fundar uma cultura tão digna quanto a grega *"também se reflete no De architectura, obra que, tal como a Eneida de Virgílio é o poema épico de Augusto, aparece a todos os títulos como o tratado arquitetônico do mesmo Príncipe"* (idem, ibidem, p. 56).

Resguardadas de uma transposição simplista, as disposições toscanas se integravam plenamente ao *corpu*s doutrinário do tratado, assimilando os princípios de unidade orgânica e de proporção harmônica às peculiaridades construtivas da edificação. Em simultâneo, esses "novos ensinamentos" desencadeavam outras tantas incoerências no interior da doutrina das ordens, desequilíbrios que somente a tratadística do renascimento italiano – e já avançado o tempo das invectivas de Alberti – viria a solucionar, embora com enormes prejuízos, seja às alianças da lógica triádica do Helenismo, seja à sutil assimilação lograda por Vitrúvio. Na *tábua* das cinco ordens arquitetônicas estabelecida por

Sebastiano Serlio, no Livro Quarto de suas *Regole generali sopra le cinque maniere degli edifici*, a coerente articulação proporcional entre as colunas pouco espelha do zelo antigo pelos "números divinos"; a proporção se converteu em uma fórmula, e a ordem toscana, agora, em nada se distingue das demais senão pelo detalhe do capitel[22].

Por ironia, o caráter inovador das disposições toscanas passou inadvertido por séculos, a comprovar sua integração aos preceitos clássicos. Uma integração que, ao fim e ao cabo, suscitava assimetrias similares às decorrentes da heterogeneidade de fontes helenísticas que o escritor pretendia amalgamar. Sequer seu "ecletismo" propiciou um alvo maior de atenção antes da filologia moderna[23]. Vitrúvio foi, sobretudo, venerado (ou, em igual medida, execrado) por sua devoção à *symmetria*, seu respeito pelos números e proporções harmônicas, pelo perfeito comedimento das partes entre si e com o todo. Foi essa matemática a que desde o início alentou no arquiteto as maiores ambições.

Bibliografia

ALBERTI, Leon Battista. *De re aedificatoria*. Tradução de Giovanni Orlandi. Milão: Il Polifilo, 1989.

CALLEBAT, Louis. Introduction. In: VITRUVE. *De L'architecture.* Livre VIII, texte établi, traduit et commenté par L. Callebat. Paris: Les Belles Lettres, 1973.

CAMBIANO, Giuseppe. La nascita dei trattati e dei manuali. In: AA.VV. *Lo spazio letterario della Grecia antica*. Roma: Salermo Editrice, Tomo 1, v. 1, 1992.

CANFORA, Luciano. La Biblioteca e il Museo. In: AA.VV. *Lo spazio letterario della Grecia antica.* Roma: Salermo Editrice, Tomo 2, v. 1, 1992.

CHOAY, Françoise. Alberti et Vitruve. *Revista A.D.* Londres: Architectural Design, v. 49, n. 5-6, 1979.

CIAPPONI, Lucia A. Il *"De Architectura"* di Vitruvio nel primo umanesimo. In: *Italia medievale e umanistica III*. Pádua: Editrice Antenore, 1960.

CORSO, Antonio. Introduzione. In: *De Arch.* Torino: Giulio Einaudi ed; 1997.

FERRI, S. *Vitrúvio.* Recensione del testo, traduzione e note di S. Ferri. Roma: Fratelli Palombi, 1960.

___. Note archeologico-critiche al testo di Vitruvio. In: *Parola del passato,* XXX, 1953.

GARCÍA MELERO, J. Enrique. Las ediciones españolas de De Architectura de Vitruvio. *Revista Fragmentos,* Madri, n. 8 e 9, 1986.

GROS, Pierre. Vitruvio e il suo tempo. In: Vitruvio. *De Architectura.* Torino: Giulio Einaudi Ed. 1997.

___. *Aurea Templa*. Recherches sur l'architecture religieuse de Rome à l'époque d'Auguste. Roma: Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome, 1976.

___. Les étapes de l'aménagement monumental du Forum. In: AA.VV. *La città dell'Itália settentrionale in età romana.* Trieste, 1990.

___. *L'Architettura romana. Dagli inizi del III secolo A.C. alla fine dell'Alto Impero.* Milão: Longanesi, 2001.

KATINSKY, Júlio. Preliminares a um estudo futuro de Vitrúvio. In: Vitrúvio. *Da arquitetura*. São Paulo: Hucitec/FUPAM, 1999.

KRAUTHEIMER, Richard. Alberti and Vitruvius. In: AA.VV. *The renaissence and mannerism, studies in western art.* Acts of the 20th INTERNATIONAL CONGRESS OF HISTORY OF ART. Princeton: Princeton University Press, v. 2, 1963.

(22) Cf. THOENES, GÜNTHER (1985, p. 270). Serlio define para as ordens etrusca, dórica, jônica, coríntia e compósita as respectivas proporções de 1:6, 1:7, 1:8, 1:9 e 1:10; ver também Pagliara (1986, p. 5-85).

(23) O foco se centrava, sobretudo, na datação da obra. Claude Perrault, em fins do Seiscentos, indagava, em sua tradução, se o imperador a quem Vitrúvio dedicava o tratado era Augusto ou Tito; ver Pellati (1938, p. 32).

LÜCKE, Hans-Karl. Alberti, Vitruvio e Cicerone. In: RYKWERT, J. & ENGEL, A. (a cura di) *Leon Battista Alberti*. Milão: Olivetti/Electa, 1994.

MOREIRA, Rafael. Arquitectura: Renascimento e classicismo. In: PEREIRA, P. (Org.) *História da arte portuguesa.* Lisboa: Temas e Debates e Autores. v. 2, 1995.

___. A Escola de Arquitetura do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid. In: *As relações artísticas entre Portugal e Espanha na época dos descobrimentos*. Coimbra edit., 1978.

MORGAN, M. H. Notes on Vitruvius. *Harvard Studies,* 17, Harvard, 1906.

MOROLLI, Gabriele. *Vetus Etruria*. Il mito degli etruschi nella letteratura architettonica, nell'arte e nella cultura da Vitruvio a Winckelmann. Firenze: Alinea Editrice, 1985.

MOYA, L. Noticia del *De architectvra,* traducido por Urrea. In: Vitrvvio. *De architectvra*. Valência: Albatros Ediciones, 1978.

NOVARA, A. Les raisons d'écrire de Vitruve ou la revanche de l'architecte. *Bulletin de l'Association Guilhaume Budé,* n. 3, 1983.

ONIANS, John. *Arte y pensamiento en la época helenística*. Madri: Alianza, 1996.

PAGLIARA, Pier Nicola. Vitruvio da testo a canone. In: SETTIS, Salvatore (a cura di). *Memoria dell'antico nell'arte italiana.* Tomo terzo: Dalla tradizione all"archeologia. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1986.

PELLATI, Francesco. *Vitrúvio*. Roma: Edizione Roma. Anno XVI, 1938.

___. La Basilica di Fano e la formazione del Trattato di Vitruvio. In: *Atti della Pontificia Accademia Romana di Archeologia.* Roma: Tipografia poliglotta Vaticana, v. XXIII-XXIV, 1947-1948 e 1948-1949.

PEREIRA, P. (Org.) *História da arte portuguesa.* Lisboa: Temas e Debates e Autores, v. 2, 1995.

PERRAULT, Claude. *Les dix livres d'architecture de Vitruve, corrigés et traduits en 1684 par Claude Perrault.* Liège: Pierre Mardaga Ed., 1988.

ROMANO, Elisa. Fra astratto e concreto: La lingua di Vitruvio. In: Vitrúvio. *De architettura*. Torino: Giulio Einaudi, 1997.

___. *La capanna e il tempio: Vitruvio o dell'architettura*. Palermo: Palumbo Editore, 1978.

RYKWERT, Joseph. L'Ordine Corinzio. In: *Necessità dell'artificio.* Milão: Arnoldo Mondadori editore, 1995.

SETTIS, Salvatore. La trattatistica delle arti figurative. In: AA.VV. *Lo spazio letterario della Grecia antica* (direttori G. Cambiano, L. Canfora e Diego Lanza). Roma: Salermo Editrice. Volume I: La Produzione e la Circolazione del Texto. (Tomo II: L'Ellenismo), 1993.

TAFURI, Manfredo. Cesare Cesariano e gli studi vitruviani nel Quattrocento. In: AA.VV. *Scritti rinascimentali di architettura.* Milão: Edizioni Il Polifilo, 1978.

THOENES, Christof. *Spezie* e *ordine* di colonne nell'architettura del Brunelleschi. In: AA.VV. *Filippo Brunelleschi. La sua opera e il suo tempo*. Firenze, 1980.

THOENES, Christof, GÜNTHER, H. Gli ordini architettonici: Rinascita o invenzione?. In: FAGIOLO, Marcello (a cura di). *Roma e l'antico nell'arte e nella cultura del Cinquecento*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1985.

TORELLI, Mario; GROS, Pierre. *Storia dell'urbanistica: Il mondo romano*. Roma: Ed. Laterza, 1985.

VITRUVE. *De l'architecture.* Association Guillaume Budé. Paris: Ed. Les Belles Lettres, s.d.

VITRUVIO. *De architettura.* (A cura di P. Gros). Trad. e commento di Antonio Corso e Elisa Romano. Torino: Giulio Einaudi ed., 1997.

___. *Os Dez Livros de Arquitetura.* Trad. de Helena Rua. Lisboa: Departamento de Engenharia Civil I. SP, 1998.

VITRUVIO. *Da arquitetura.* Tradução de Marco A. Lagonegro. São Paulo: Hucitec, Fundação para a Pesquisa Ambiental, 1999.

___. *Los X Libros de Arquitectura de Marco Vitruvio Polion según la traducción castellana de Lázaro de Velasco.* Cárceres: Cicon Ed., 1999.

___. *Los Diez Libros de Arquitectura.* Trad. y comentados por Joseph Ortíz y Sans (ed. de 1787). Toledo: Antonio Pareja Ed., 1999.

___. *De architectvra (Alcalá de Henares, Iuan Gracian, 1582).* Valecia: Albatros Ediciones, 1978.

ZANKER, Paul. Un'arte per i sensi, In: SETTIS, Salvatore. *I Greci. Storia, cultura, arte, società*, Torino: Giulio Einaudi Ed., v. 2 – Tomo 3, 1998.

___. *Augusto y el poder de las imágenes.* Madri: Alianza, 1992.

Palavras-chave (key words)

Vitrúvio, tratados, arquitetura clássica, renascimento, ordens arquitetônicas.

Vitruvius, treatises, renaissance, classical architecture, architectural orders.

Mário Henrique Simão D´Agostino
Professor do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto e professor orientador do curso de Pós-Graduação da FAUUSP.